

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: UTOPIA E IDENTIDADE

*Flávio R. Kothe**

* Licenciado em Letras. Mestre, Doutor e Livre-Docente em Teoria Literária e Literatura Comparada. Pós-Doutorado em Yale e nas Universidades de Heidelberg, Konstanz, Bonn e Berlim. Atualmente professor na Universidade de Brasília.

A história da história literária brasileira insiste no endeusamento de quem era conveniente ao poder e na neutralização do espírito crítico que pudesse aflorar em algum setor. Com a suspensão do juízo autêntico, impõe-se uma versão menor, imatura, a exercitar-se em um âmbito limitado de variantes que nunca vão a fundo e que existem para fingir que se pensa (sem realmente pensar). Cria-se a lógica interna de um sistema em que professores, jornalistas e estudiosos ficam rodopiando como ratos em um cilindro móvel dentro de uma gaiola: embora se movimentem e se esforcem muito, permanecem no mesmo espaço, nunca saem de um círculo de assertivas. Sua inteligência se gasta em não ter inteligência. É preciso ser muito limitado para gostar de fazer sempre os mesmos movimentos, dentro de um espaço delimitado, que não contempla grandes desafios. O crime menor é aí parecer com o professor de gramática normativa, que impõe o espírito colonizado e fica ao largo da linguagem real das ruas.

Ainda não há real liberdade de crítica. Há uma liberdade abstrata de criação e um controle concreto de publicação, divulgação e promoção. Nada favorece, exceto algum engano ocasional, o afloramento da grande obra artística ou teórica, já porque ela é uma ruptura com o vigente. Sempre foi assim, mas se supõe que o obscurantismo é apenas “dos outros”, de outros tempos e lugares, jamais que ele possa constituir o cerne daquilo que se apresenta como o mais respeitável e genial. Ainda que não as cumpra e tenha toda uma hermenêutica secreta de normas secretas, o sistema jurídico ao menos formula as suas leis de modo explícito; o sistema estético tem normas que transformam em normal até o abominável, exigindo que todas aplaudam seus pareceres como se ainda possível fosse crer em pitonisas.

O cânone serviu primeiramente para afirmar o Brasil como paraíso terrestre para uso externo e, quando isso não foi mais possível em vista dos inegáveis problemas sociais, serviu para afirmá-lo como promessa de Canaã, o lugar onde ainda haveria de se constituir um paraíso. Nele se proíbe a árvore do conhecimento, sob a aparência de podá-la para que melhor floresça. Direita e esquerda dão-se as mãos na crença de que não só não há melhor lugar do mundo para se viver como é o único em que se pode viver: se não já, então no futuro. De um modo ou de outro, o que se prega e impõe é a crença em uma razão da história, da história brasileira

como *locus* de afirmação do bem sobre o mal, de vitória final dos justos.

Ainda que passando ao largo de diversos processos históricos que estavam ocorrendo dentro do país, e sem levar em conta a produção dos imigrantes, a assim chamada literatura brasileira, ao invés de continuar centrada no cultivo da bela imagem que as classes altas faziam de si mesmas, conforme ocorre em *A moreninha*, procurou, por volta de 1870, caminhos alternativos: voltar-se para os problemas sociais, denunciando-os, como fez o naturalismo; repelir a má realidade refugiando-se no belo sonho, como fizeram o parnasianismo e o simbolismo. Esses projetos estéticos eram também projetos políticos. Excluindo de antemão as experiências mais revolucionárias que iam ocorrendo no país, como o sistema das colônias no Sul, eles refletiam limitações mentais, temáticas e afetivas dos bigodudos que gostavam de posar como oligarcas de plantão. O seu ridículo é proporcional à sua pretensão, assim como a ignorância era proporcional à empáfia.

*Canaã*¹, de Graça Aranha, propicia uma discussão em torno da diferença entre história real e a interpretação, que o cânone propicia e induz, em torno da diferença entre o pensamento de uma minoria e o discurso que sobre ela é articulado, em torno do silêncio imposto e a fala que cala, de uma maneira que talvez já não seja mais possível articular sobre “minorias” como os índios, os negros, os canudenses, e que não é possível ser articulada por quem não tenha uma experiência desde dentro do objeto da manipulação e da malversação. Não se trata mais, portanto, de fazer uma análise dessa obra como algo em si e por si, mas de vê-la como um sintoma de algo que a transcende. Ela apenas manifesta uma tendência geral, uma resposta do discurso oficial diante de um fenômeno novo, a imigração alemã, para articular uma visão do objeto de acordo com a perspectiva e os interesses da oligarquia. Isso está de acordo com a tendência geral do cânone ante outros fenômenos, como o índio, o negro, o mulato, o sertanejo, à medida que representam uma resistência à vontade de poder e uma face não mais descartável do conflito de classes.

Aos imigrantes foi tentado impor uma “identidade brasileira”, que vai além da carteira de identidade e do passaporte: a imposição de um modo restrito de ser e pensar, de língua, costumes e tradição, de versão da história e visão de mundo. A importância da literatura

¹ GRAÇA ARANHA. *Canaã*. Introdução e notas biobibliográficas de Dirce Côrtes Riedel. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s.d.

para a imposição foi descoberta pelos românticos, mediante a invenção do cânone, que foi imposto a todos pelo autoritarismo governamental, às custas da identidade e da cultura dos imigrantes. Impôs-se uma proibição ao direito de herança cultural. Os governos se apossaram dessa herança e as fizeram evaporar pelas chaminés das fábricas de diplomas chamadas escolas, mais próximas a campos de extermínio espiritual do que elas conseguem admitir.

O cânone literário brasileiro é uma parte estratégica da política de assimilação. Esta deixa claro ao descendente do imigrante que ele não é “bem brasileiro”, pois contém uma diferença, a começar pelo físico, que faz com que ele não caiba naquilo que a tradição do cânone entende como “tipicamente nacional” (o cruzamento do português com a índia, que foi proposto inicialmente para excluir negros e mulatos da brasilidade). Portanto, ele também não é um “bom brasileiro”. Ele tende a tentar uma hipercompensação, onde a última coisa que ele pode admitir é que ele está “fora do quadro”. É-lhe ensinado, na escola, a se envergonhar dessa diferença. Então ele trata de esquecer-la, como se os avós tivessem sido criminosos, por serem como eram e, principalmente, por terem tentado ensinar a ter orgulho dela, não deixando extingui-la. No Brasil, ele é estrangeiro; na pátria dos antepassados, estrangeiro também. Ele é nada e coisa nenhuma; e, entre nada e coisa nenhuma, tem de definir a sua identidade como diferença. Há, porém, espaço e sentido para essa diferença?

A maioria dos teuto-brasileiros descende de povos que vem sendo inexoravelmente extintos na Europa — pomeranos, silésios, sudetos, boêmios, lorenos, alsacianos alemães —, mas ela não tem nem quer ter consciência disso. Assim que os últimos remanescentes morrerem, ter-se-á completado um ciclo histórico, do qual o Estado alemão também quer se livrar, pelo incômodo sem solução que representa. Os descendentes desses imigrantes não podem esperar um reencontro com a cultura de seus antepassados, porque ela está sendo extinta.

No Brasil, essa consciência histórica tem sido sistematicamente reprimida, tanto pelo Estado, a escola e a Igreja, quanto pelos próprios teuto-brasileiros. Estes são levados, então, a se identificarem com a cultura dominante mais próxima, como o tipo gaúcho do sul do Jacuí, e ficam dançando fantasiados nos CTGs, usando bombacha e trovando, ou então se identificam com o

estereótipo dominante do alemão, o bávaro, o tipo alemão mais reacionário, e daí celebram a *Oktoberfest*, usando calça curta de couro e erguendo canecões de cerveja, embora nenhum descenda de bávaros, pois não houve quase imigração de Bayern para o Brasil. Assumem como própria uma identidade e uma história alheia, sem ter consciência do destino. É o que Heidegger, em *Sein und Zeit*, caracterizou como “alienação”. Esta leva a uma existência falsa, a uma inversão de valores, que leva ao desperdício da própria vida, acumulados erros na errância inerente à existência. Assumir como própria uma identidade alheia leva a negar a identidade e desperdiçar a vida, acumulando trágicos erros e enganos, que não são reconhecidos como tais, pois não são articulados no discurso literário.

Até hoje se postula, por exemplo, que genocídios espirituais ou físicos foram apenas conversão dos gentios ou defesa da integridade territorial, como se os missionários fossem donos da verdade ou como se ela tivesse sido posta em perigo pelas vítimas (de Canudos, por exemplo). Os descendentes de imigrantes procuram esquecer o passado, fazendo de conta que são “bem brasileiros”, embora esteja “na cara” que não o são, pois impera um padrão — consagrado na literatura — de que “O brasileiro” precisa ter um pouco de sangue índio e muito de português. Eles se prometem hoje, em segredo, que “ainda vamos chegar lá”: quanto mais chegam, mais distantes ficam; quanto mais conseguem, mais perdem. O imperialismo da identidade e o sufoco da diferença, inerentes à política de assimilação, não permitem nem toleram alternativas.

Há uma ligação profunda entre a repressão conservadora à Revolução Liberal de 1848, na Alemanha, e a segunda onda de imigração alemã para o Brasil, a partir de 1849. Foi um projeto revolucionário, a maior distribuição igualitária do produto social, num país dominado pelo latifúndio escravagista. As idéias que não podiam ser postas em prática na Europa foram transpostas como utopia concreta para o Brasil. O princípio da liberdade fez com que desde o início fosse proibido o trabalho escravo entre os imigrantes; o princípio da igualdade fez com que as colônias de terra tivessem todas basicamente o mesmo tamanho; o princípio da fraternidade fez com que católicos, evangélicos, maçons e livres-pensadores fossem postos uns como vizinhos dos outros, para desenvolverem tolerância e solidariedade.

Esses princípios têm sido destruídos devido à política preponderante no país. Os descendentes dos imigrantes, por sua vez, nunca estiveram à altura de seus antepassados na defesa política dos princípios por eles concretizados. O preconceito contra o alemão — o rótulo e estereótipo de nazista — é conveniente para impedir que esses princípios revolucionários se concretizassem pelo resto do país. Daí o esforço estratégico de intelectuais da oligarquia, como Graça Aranha e Mário de Andrade, em difamar os imigrantes e vilipendiar os seus empreendimentos no país. Isso está de acordo com o espectro autoritário e arrogante representado por autores como Euclides da Cunha e Olavo Bilac. Eles têm sido confirmados e reafirmados pela exegese canônica e sua seqüela, a exegese canonizante. Às vezes, esta finge alguma abertura crítica, para mais uma vez acabar reafirmando o mesmo. Não há “esquerda” aí. Tudo é direita. Só ela tem direito.

Se a imigração — embora isso não tenha sido reconhecido pelo pensamento luso-brasileiro, nem mesmo pela sua esquerda — foi um esforço de realizar a “grande política”, concretizando princípios éticos num modo de organização da sociedade, fazendo com que uma parcela do país estivesse em sintonia com os princípios da independência americana, da revolução francesa, da Declaração universal dos direitos do homem e do cidadão, da rebelião liberal de 1848, ela representa a parte mais avançada do país, em função da qual as partes mais atrasadas teriam de ser julgadas. *Canaã* é exatamente a inversão disso. É a difamação do mais avançado em nome do mais atrasado. É uma amostra de como tais princípios têm sido paulatinamente violados, esquecidos e vilipendiados com o processo de assimilação.

Os políticos que representam as regiões de colonização alemã não têm sido “conservadores” no sentido de tentarem “conservar” os princípios éticos de seus antepassados, mas por apoiarem o processo de uma crescente desigualdade social, apoiarem governos ditatoriais e ajudarem a destruir a identidade de grupos sociais diferenciados. A história das regiões coloniais é, sob a aparência do êxito de sua concretização, a história da traição aos ideais fundantes. A política de “assimilação” era necessária para que se aniquilassem esse ideais, e não se impusesse por toda a parte o princípio da igualdade na distribuição de terras e na participação do poder, o princípio da liberdade de opinião, crença e de ir e vir, o

princípio da fraternidade numa sociedade profundamente dividida em classes, camadas e minorias.

Ao contrário do que ocorre no cânone brasileiro (de modo típico através de Gonçalves Dias e José de Alencar, com a idealização do índio e do conquistador luso), não convém aos teuto-brasileiros cultivar ilusões quanto aos antepassados, ainda que se admire o seu esforço e até se possam considerar justos os princípios que nortearam a sua vida e a organização de suas comunidades. Ilusões, ilusões são. Os ideais já se foram, mortos estão, enterrados numa crescente diferença e indiferença social, pela submissão ao discurso do Estado, degradados pela cultura de massas, pela necessidade de remendar a fraternidade abstrata com uma solidariedade seletiva e ocasional. A igualdade não é mais um ideal, nem mesmo em termos abstratos: sequer se procura dar chances iguais a todos e, com o acúmulo de riquezas em poucas mãos, cada vez é menor a igualdade de oportunidades.

Nossa geração testemunhou o aniquilamento de ideais: isso a obriga a reavaliar a idealidade deles. A inserção crescente das colônias na história do Brasil foi um lento estrangulamento dos ideais que nortearam a sua fundação. Mesmo assim, as zonas de colonização européia no Sul constituem sociedades mais equilibradas e desenvolvidas que as regiões de latifúndio. Elas são incapazes de modificar o país, como o rabo não consegue sacudir o cão. Não houve qualquer chance de transformar seus princípios organizacionais em sistema nacional. Pelo contrário, foram postos sob a suspeita de quererem ser dominadores para melhor serem dominados e aniquilados. Também foram regiões menosprezadas pelo capital alemão. A “grande política” da região das colônias sulinas estava condenada *a priori*: *Canaã* é a sua destruição *in effigie*, difamando os princípios que nortearam a organização inicial delas. Ostenta-se hoje a sua caveira, como se a extinção fosse distinção. Caveiras não falam: calam.

Os teuto-brasileiros são, em grande parte, descendentes de culturas e povos em extinção na Europa. Estão duas vezes condenados à morte da identidade: pela origem e pela chegada. Perderam qualquer direito à existência própria, e não têm um refúgio onde resguardá-la. Sua vida acompanha o cortejo fúnebre da própria identidade. Esta tornou-se imprópria: a alienação tornou-se linha existencial. Estavam condenados desde o começo: se ficassem na

Europa, pelas guerras e deportações que atingiram as regiões onde haviam vivido; no Brasil, por terem sua identidade cultural submetida ao garrote vil da assimilação.

O que surpreende nos criadores das colônias no Sul é a ingenuidade de acreditar na exagerada propaganda dos agentes governamentais brasileiros que agiam na Alemanha, prometendo mundos e fundos para quem viesse ao Brasil, a ingenuidade de acreditarem que poderiam concretizar efetivamente a utopia da revolução liberal, fracassada na França e na Alemanha em 1848, num país dominado por latifundiários escravagistas. Como puderam eles acreditar que era possível concretizar, a partir de 1849, o sonho liberal e social-democrata num país cujo modo dominante de produção não era nem ainda propriamente feudal? Será que a precariedade das fronteiras e as ameaças de franceses, poloneses e russos servem para justificar um experimento tão revolucionário, numa região relativamente próxima à fronteira?

Os brasileiros descendentes de imigrantes perderam a língua, a dança, a música, o teatro, os valores, a cultura, a história, a identidade dos antepassados. Não lhes foi permitido crescer, praticamente, nenhuma palavra à língua falada no Brasil, nenhuma contribuição cultural relevante. No máximo, com a *pax romana* instituída, foi permitido aos teuto-brasileiros cultivarem a sua “Oktoberfest”, uma festa típica de Munique, de uma cultura que nada tem a ver com a de seus antepassados: eles assumem como sua identidade o estereótipo vigente e, vestidos de *Lederhosen*, gritando alto e levantando canecões de *Bier*, ostentam, em sua alienação, a caricatura de si mesmos, a vulgarização que os mostra e demonstra como vulgares. Os revolucionários de outrora se revolvem em suas tumbas, mordendo a grama pelas raízes para não gritarem o fracasso de suas esperanças, a inutilidade dos seus esforços. Como eles não têm mais cordas vocais, também nada mais se ouve, tudo se torna apenas fantasia. O vento que sopra as sombras sobre suas tumbas parece apenas aplaudir o ridículo, o fracasso que vieram a ser os seus esforços e ideais.

Sob a ação aparentemente inocente de transformar Hermann em Germano, Johann em João, Peter em Pedro, não se fazia apenas a adaptação à “língua da terra”: terra não tem língua, ainda que os poetas cultivem vaidade de imaginar que a natureza fala através deles, presenteando-lhes borbotões de símbolos, que eles podem usar à

vontade. O que havia aí era a imposição da língua da conquista (como extensão da Reconquista). O gesto de extinguir o nome original já continha o de proibir a língua dos imigrantes e de fechar as suas escolas. Representava a mesma política que os portugueses haviam desenvolvido no período colonial, aniquilando as línguas e culturas indígenas e africanas no território.

Era a política racista da Reconquista, que com orgulho matou e expulsou todos os mouros e judeus, proibindo ainda que quem não fosse de pura cepa lusitana estudasse na universidade ou ocupasse qualquer cargo administrativo. A Reconquista foi — com seu belicismo, seu racismo e sua intolerância religiosa — celebrada por Camões nos *Lusíadas* (o que explica, embora seja uma obra limitada e menor, a sua transformação em “clássico”, isto é, em obra de interesse vital para essa política). O cânone brasileiro é um quinta-coluna da Reconquista, embora o Brasil tenha sido formado mais por discriminados do que por representantes da coroa de Portugal. Ao invés de apenas acusar os teutos de serem racistas, seria mais importante e coerente ver como o racismo luso está no cerne da formação histórica brasileira.

Há dois enredos que se cruzam em *Canaã*: um é a pseudo-história de dois pseudo-imigrantes alemães, Milkau e Lentz; a outra, a pseudo-história de uma pseudo-teuto-brasileira, Maria Perutz, que é engravidada pelo noivo, que é filho de seus patrões mas não consegue casar por ser considerada pobre, perde o filho no mato e é acusada de filicídio. Através de ambas, Graça Aranha, sob a aparência de contar a história da imigração alemã, faz a sua difamação. É o mesmo que o cânone anterior havia feito com índios, negros, cafusos, mulatos. Nisso ele é aplaudido sistematicamente pela crítica brasileira, que se mostra cega ao gesto semântico do texto, ou pior, faz de conta que “é isso mesmo”. Atribuem-se aos alemães e teuto-brasileiros determinados comportamentos, e depois eles são avaliados e punidos de acordo com essa determinação externa, sem que eles próprios possam dizer o que são. A eles só é “dado” dizer o que a acusação quer que eles digam, já que o autor é, ao mesmo tempo, promotor, juiz, advogado de defesa e único testemunha. Criminaliza a vítima, para que o criminoso não apareça.

Graça Aranha parece inocente na história, em que ele difama e tripudia, sem que isso seja visto como tal. Capricha em falar mal dos teuto-brasileiros. Assim, quando “Maria” está grávida e precisa

de abrigo e proteção, ela é expulsa da casa dos futuros avós e, depois, da casa do pastor. Precisa, então, entrar num acordo com uma estalajadeira, trocando dois dias de comida e moradia por sua única muda de roupas. Em suma, não vale aí a fraterna solidariedade do “Wir, die Deutsche, müssen zusammenhalten”, que foi o lema básico entre os colonos alemães.

Mais ou menos à época em que transcorre a ação de *Canaã*, por volta da virada do século, os jesuítas não só trataram de impedir casamentos entre evangélicos e católicos, não aceitaram casamentos mistos, como chegaram a colocar, segundo se conta, nos cemitérios das regiões coloniais teutas, cercas para separar os casais que haviam pertencido a religiões diferentes. Durante dezenas de anos, os casais não católicos haviam sido obrigados a suportar a humilhação de não serem como legítimos os seus filhos, de sofrerem uma *capitis diminutio* social. Depois de mortos continuaram sendo desconsiderados. Esses são apenas exemplos de temas importantes para a imigração alemã no Brasil, mas que são completamente ignorados por Graça Aranha, embora a sua obra seja assumida pelo cânone como espelho dela. O que entra e o que não entra em seu romance passa por um filtro seletivo, que se infiltra também em tudo o que dentro dele é dito e como é dito.

A política dos jesuítas, como braço da Igreja, violou, com suas discriminações, dogmatismos e radicalizações, princípios básicos da colonização alemã, como misturar católicos e evangélicos, para que convivessem fraternamente, em suas comunidades, enfrentando juntos as dificuldades. Esse foi um princípio norteador posto em prática pela maçonaria revolucionária. Exatamente porque havia essa profunda solidariedade social entre os imigrantes é que Graça Aranha conta o caso de uma solitária empregada doméstica, Maria, que é abandonada por todos e excluída da comunidade ao ter uma gravidez, em que o pai da criança não assume a paternidade, porque os pais dele querem uma rica herdeira para sua esposa. Que a ação de seu romance se passe no Espírito Santo, e não no Sul, não faz a menor diferença, pois os princípios organizacionais e éticos eram os mesmos. Na verdade, ele queria atingir as grandes colônias do Sul, usando o exemplo de uma pequena colônia capixaba. A colonização alemã no Espírito Santo apenas reproduzia, em tamanho menor, a situação no Sul do país. Nunca a oligarquia perdeu o controle do jogo. Ela apenas aguardava o momento mais oportuno para executar

a destruição da diferença específica dessas comunidades. *Canaã* é o ressoar da trombeta, na virada do século, convocando as tropas para o genocídio espiritual. A história de Maria era apenas um pretexto, como depois o foram as guerras mundiais e o nazismo.

Ora, os imigrantes eram tão puritanos que as mulheres, normalmente, casavam virgens. Em segundo lugar, se por acaso alguma moça engravidasse, as regras da comunidade eram tão rígidas, nesse sentido, que não havia chance de o pai não assumir a paternidade: ele tinha de casar. Em terceiro lugar, não havia praticamente empregadas domésticas entre os imigrantes. Em quarto lugar, de modo geral não havia grande diferença de riqueza, pois todos tinham a mesma quantidade de terra. Em quinto lugar, não havia mulheres que não tivessem pais e irmãos, pois a imigração foi sempre feita em grupos familiares. Em sexto lugar, e principalmente, os homens acreditavam que iriam para o fogo do inferno se morressem em pecado grave, como seria abandonar a noiva grávida.

Graça Aranha projetou, para dentro da comunidade teuta, o que podia ser típico do senhorio latifundiário luso-brasileiro, mas não era típico dela. Não conseguiu ver além de si mesmo, além do horizonte de sua própria origem e formação. Não chegou à alteridade do outro, não viu além da projeção de si mesmo no outro. Em nenhum momento reconheceu, porém, que havia posto nos imigrantes a máscara do seu próprio rosto, o retrato da classe dominante brasileira. Querendo fazer graça com os imigrantes, teceu uma teia de mentiras e arranhou como pôde os seus princípios e a sua honorabilidade. Por isso mesmo é que foi adotado no cânone, imitado pelos modernistas e consagrado pela exegese canonizante. Tudo faz parte do mesmo sistema de discriminação e agressão contra minorias, que prepondera na intelectualidade brasileira.

Na lógica de *Canaã*, os teuto-brasileiros trabalham muito e obedecem ainda melhor. Entregam tudo à oligarquia, bastando ela apresentar-se como juiz, meirinho, policial, etc. São galinhas mansas, que produzem ovos de ouro. Por isso, interessam. Não convém matar essa galinha, esperando encontrar todos os ovos prontos dentro dela. É preciso cuidar que ela não produza para si, criando galos de ouro, mas para os proprietários do país. Como “refugiados” e “abrigados”, sentem-se apenas hóspedes do país, e precisam pagar para ficar: qualquer preço é menor que a vida. Nem precisam sentir



a autoridade policial, para serem postos contra a parede, pois basta uma ordem, e já tratam de atender a todas as exigências. *Canaã* faz parte desse movimento estratégico de mostrar uma linha de astúcia para o mapa da mina, que assegure impostos, sem haver uma redistribuição equivalente de poder para aqueles que geram os recursos.

Canaã faz parte do genocídio espiritual que já estava em curso à época da virada do século, mas a obra cala sobre o seu tema fundamental. Ela precisa ser lida pelo avesso de si mesma, como sintoma de algo maior e pior que ela. Não se pode sequer esperar que isso seja logo entendido. Mais se desperta a reação contrária do que a compreensão. Isso já faz parte, porém, do problema, do qual o romance é apenas um sintoma. Ele não contribui para a solução, mas é parte da questão. A solução nele implícita é a *pax romana*, que efetivamente foi concretizada ao longo do século XX. Nem a Igreja nem a escola nem as organizações comunitárias desempenham qualquer papel relevante em seu enredo. Isso não acontece por acaso. E não só porque o autor provinha de uma estrutura sem escolas, hospitais e clubes comunitários, que, desde o começo, estiveram presentes nas zonais coloniais teutas.

A obra faz parte de um processo de silenciamento. Como todo o cânone, cala enquanto fala, e fala porque quer calar. Ela prepara a ação repressiva coroada no fascismo do Estado Novo. Não isoladamente, mas em companhia das demais obras que, tratando do imigrante, participam da literatura brasileira. Este serve para auratizar o autoritarismo, a repressão, o genocídio como se fossem cultura e civilização. Contam a história que interessa às classes dominantes, não a história que realmente houve. Mobilizar-se em sinal de protesto tem o efeito do *jus spernandi*: serve para apressar o enforcamento. E culpar a vítima por sua própria morte. Se o sujeito calar, ele admite a culpa; se falar, é culpado já por ter protestado. Se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come.

Canaã pretende ser a história de dois imigrantes, Milkau e Lentz, que compram juntos uma colônia de terras no Espírito Santo. Só faltava dizer que era um casal, embora isso seja sugerido, à medida que nenhum deles realmente tenta conseguir uma mulher. Caso se quisesse situar a história de um modo mais típico, teria sido preciso transferir a ação para o Sul, onde a colonização foi mais ampla e compacta. Se não, poderia ser passada também na Bahia. A

colonização alemã foi feita basicamente por famílias. Os imigrantes não vinham sozinhos, mas em grupos de famílias, vizinhos, amigos. Normalmente, um homem não imigrava sozinho nem tratava de montar uma colônia com um outro homem. Uma “colônia de terras” era normalmente de uma família. Havia uma divisão de trabalho, que envolvia a presença de mulheres. Homens, que não fossem aparentados, não costumavam se associar numa empreitada dessas. O motivo que os levava ao Brasil não era um cansaço metafísico, como é dito no romance, mas a vontade de garantir um futuro melhor para si e para os filhos, tentando escapar à fome, à guerra, à discriminação religiosa, ao frio, etc.

Canaã poderia ser reduzido a um mero documento da história das idéias, se não estivesse canonizada. Imigrantes, quando chegavam ao Brasil, não costumavam ser recepcionados pelas autoridades luso-brasileiras como é narrado, mas podiam contar com a cooperação e a boa vontade dos vizinhos. Estes provinham geralmente da mesma região, e eram formados por parentes, antigos vizinhos e conhecidos da Alemanha. Juntavam-se para construir o primeiro abrigo, abrir um roçado, garantir sementes e mudas. Nada disso é contado, pois não interessava ao autor mostrar e propagar a solidariedade entre os colonos: ele quer “justamente” provar o contrário, que não havia fraternidade, mas apenas egoísmo. As comunidades coloniais teutas costumavam ter muitas associações, de natureza religiosa, esportiva, para-militar, artística: nada aparece em *Canaã*, como se não restasse ao imigrante senão o apoio das autoridades luso-brasileiras. Estas representaram para os colonos, pelo contrário, não só o não-cumprimento das promessas feitas, mas uma ameaça virtual permanente, que muitas vezes se concretizou e que precisava ser evitada tanto quanto possível. A ideologia subjacente é que a única salvação e felicidade está na “integração” na “brasilidade”, como se esta, em sua definição estrita e estreita, não tivesse sido um princípio destruidor e como se não houvesse outra cultura válida.

Ainda que o pretexto da história de *Canaã* seja a integração dos assim chamados Milkau e Lentz, ainda que a crítica luso-brasileira tenha inventado que se trata de um romance de idéias e sem ação (como se nele houvessem muitas “idéias”, no sentido filosófico do termo, e nada acontecesse), o enredo se situa em torno da gravidez de Maria Perutz. Não se trata de um nome e de um

sobrenome adequados. O argumento básico é que o pai da criança, herdeiro da pensão em que ela trabalha, não casa com Maria porque os pais dele (obviamente alemães) queriam um casamento de melhor nível social. Ainda que eventualmente possa ter acontecido algum caso similar, ele não é típico: através dele se acumulam os disparates e as maledicências do autor, em torno da imigração alemã.

O típico na arte não é um caso anômalo, ao qual se atribui uma generalidade, mas um caso singular que permite discernir uma tendência genérica e uma força motriz da história. *Canaã* está dizendo, no entanto, que o todo da imigração era como o caso anômalo que nela teria ocorrido: esse anômalo aparece, então, como norma, como característica geral. A verdade é exatamente o contrário. Trata-se, portanto, de uma difamação, de preconceito. Pode alguém até mesmo provar que o anômalo de fato aconteceu alguma vez, mas isso está longe de ser regra geral, ser a caracterização da totalidade. Tal “prova” apenas daria munição para o preconceito contido na generalização. Mais que oportunismo de querer demonstrar que se é bom servidor das classes dominantes, para obter vantagens na carreira do serviço público, trata-se de um reforço da falsificação histórica e do preconceito. Tudo parece aí coerente e objetivo, mas essa “ciência” apenas reforça a coerção mediante uma pseudo-documentação, sem que o fundamento seja questionado.

Maria é uma criada. Normalmente os imigrantes não tinham criadas. Os trabalhos domésticos, tanto dentro da casa quanto fora (plantar, cuidar dos animais domésticos etc.), eram feitos pelos membros da família. De modo geral, não havia empregados, criados, peões. A escravidão foi desde o início proibida nas zonas de colonização. Muitos negros fugiram das fazendas e se refugiaram junto aos alemães, onde foram deixados em paz. Quando havia eventualmente algum agregado, o que era raro acontecer, ele era considerado um membro igualitário da família. Se não, nem seria admitido. Não era considerado um elemento de fora, que podia ser dispensado a qualquer momento. As mulheres trabalhavam duramente, nenhuma era servida por criadas. Nada importante se decidia sem elas darem o seu aval. Não havia o sistema da “cria da fazenda”, que cuidava da patroa, da cozinha etc. A mulher tinha bastante autonomia, não se escondia dentro de casa, mas participava de clubes de recreação, fazia os seus bailes etc. Em suma, a realidade

era totalmente diversa da “história de Maria”, contada por Graça Aranha.

Entre os imigrantes alemães e seus descendentes, o princípio, de que o homem que engravidasse uma mulher tinha de casar com ela, não permitia discutir se a moça tinha ou não um dote. Havia algo mais importante em jogo do que a vontade de casar com um partido melhor: a salvação da alma. Acreditava-se nisso. Tinha um significado social imediato: quem não cumprisse essa norma, seria considerado uma pessoa sem caráter, não confiável. A reação que acabaria sofrendo seria maior do que não ter casado com um “bom partido”. Maria Perutz não é uma pessoa que, em condições normais, destoasse de seu meio, não era uma mulher da qual o marido precisasse envergonhar-se.

O que acontece no enredo com Maria Perutz prenuncia o que Mário de Andrade faria depois com a Fräulein (em *Amar, verbo intransitivo*): a difamação da mulher alemã, a utilização da ficção para falar mal da emancipação feminina e do trabalho da mulher, a manifestação do menosprezo pela figura da imigrante. Esse processo difamatório da imigração alemã é seguido por autores como Érico Veríssimo, Marcos Rey, Deonísio da Silva. Não acabou com *Canaã*. Quando Josué Guimarães se meteu a escrever sobre os imigrantes alemães, em *Ferro e fogo*, não lhe ocorreu outra coisa para o seu almoço do que comerem Eisbein com chucrute, que não era uma comida típica dos alemuchos. Essas pequenas falsificações são índices de grandes falsidades, que não são percebidas por quem é de fora.

Também não adianta muito querer explicar. O silêncio não fala por si, mas falar não é propriamente permitido e nem vale a pena. Estão cheios de preconceitos, ainda que não se vejam como tais. Não podem, porém, alegar que não sabem o que fazem, pois é vantajoso fazê-lo. É mais fácil publicar um romance que condene o elemento teuto do que um que o defenda. Este é tido como contrário ao que está institucionalizado como “cultura brasileira”. Quando as “pessoas e instituições esclarecidas” falam de “racismo”, em geral acusam os alemães de serem racistas ou reduzem a discriminação à minoria negra: não admitem o seu próprio racismo e nem o racismo do país e do cânone.

Em *Canaã*, o conhecimento entre os “alemães”, quando existe, aparece mais como um problema do que como uma solução:

ele é antes de baixo nível, primário, do que com toda a carga da melhor filosofia, música e literatura. O autor não tem a menor consideração quanto ao esforço dos colonos em manterem nulo o índice de analfabetismo entre eles, apesar da absoluta falta de apoio do governo brasileiro: ao invés de servirem como um exemplo, são condenados. Esse tipo de condenação levou ao fechamento de 3000 escolas no Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. É o mesmo padrão que se impõe: um determinado tipo de identidade, tornado modelo absoluto, que não tolera a existência do diferente e do divergente. Exatamente isso é o que Nietzsche mais havia combatido em sua obra, e é exatamente isso que não é problematizado em *Canaã*. Esse romance é uma traição a Nietzsche, mas com a safadeza de se apresentar como divulgação de suas idéias.

Os teuto-brasileiros são mostrados como gananciosos, mesquinhos e safados, como se eles fossem, na média, piores do que a média dos outros grupos étnicos. Não há o menor respeito por eles, embora tivessem um nível de formação educacional mais elevado que a média brasileira, como o revelam os tantos jornais, revistas e livros em língua alemã que foram publicados no Brasil e, no correr do século XX, sistematicamente arrasados e aniquilados pela política de assimilação. Eles são apresentados sem refinamento algum, como se mostra na figura do pastor, descrita carregadamente como a de um campônio retardado e repressivo. Afinal, ele é um “protestante”, uma rotulação feita a partir da ótica dos católicos, e assumida como natural, correta e objetiva. O alemão é aí uma língua do “mato”, enquanto não chega “a civilização”. *Canaã* é um império do preconceito racial, uma cacetada contra os teuto-brasileiros. Ela é uma obra pré-modernista à medida que foi imitada, nesse sentido, pelos modernistas, principalmente por Mário de Andrade.

Esta visão negativa do alemão foi interiorizada pelos teuto-brasileiros, a ponto de acreditarem que era uma língua própria de velhos e de camponeses atrasados. Foi uma língua-tabu: dominá-la era um perigo, não apenas no período da ditadura Vargas. Uma das seqüelas é que nas faculdades localizadas em regiões de colonização alemã, os professores são incapazes de usar a bibliografia técnica em língua alemã, ainda que sejam descendentes de alemães. Quem perde é o país, como sempre perdeu com a imposição de um único modelo cultural, por mais pobre, alienado e fraco que ele seja.

Na lógica de *Canaã*, assim que a superfície da aldeia é arranhada, o que aflora é a mentalidade estreita e mesquinha, a covardia e pusilanimidade dos teuto-brasileiros. A rigor, não se reconhece neles nada positivo. Só servem para trabalhar, e para servir. Depois de ficar “provado” — pelo enredo, pela ação e pela fala de diversos personagens considerados típicos — que eles não prestam, aparecem os juizes brasileiros, que usam e abusam deles. A arrogância e prepotência das autoridades apenas aparenta ser denunciada: o leitor pode antes aprender deles como “a almoada” deve ser tratada. Como os “alemães” (isto é, teuto-brasileiros, cuja “brasilidade” não vale nada) são o que são, eles apenas recebem o trato que merecem. Como não protestam contra nada, não prestam para nada, fica confirmado que não merecem outra coisa. São apenas coelhos assustados, perigosos apenas à medida que podem ser prepotentes. O seu “espírito bélico” é apenas da boca para fora. Tremem de medo diante de qualquer autoridade luso-brasileira.

O que se tem nesse enredo de 1901 não é uma profecia do nazismo, mas um síndrome de preconceitos que este serviu para confirmar. O imigrante alemão no Brasil tinha uma mentalidade antitética a tudo o que levou ao nazismo. Isso o levou basicamente a sair da Alemanha, mas não impediu que, no Brasil, ficasse marcado pelo rótulo de “nazista”. Isso existe até hoje. A alternativa não é o rótulo do Fritz beberrão de chope.

A razão histórica do “temor reverencial” do teuto-brasileiro não é apresentada nem elaborada por Graça Aranha. Não se trata apenas de um medo gerado dentro do Brasil. Este é diretamente proporcional à repressão e à discriminação sofridas. No enredo aparece primeiro o medo dos imigrantes, depois a “prepotência” das autoridades luso-brasileiras. Há uma inversão tática na relação causa-efeito. A consequência é causa, mas não é reconhecida como tal, pois os imigrantes são de antemão coelhos assustados: basta passar por perto a sombra de uma autoridade, e já estão tremendo. É de se perguntar como é que se poderia supor que poderiam, então, constituir um “perigo germânico”? — Fica clara, no entanto, a receita de como tratá-lo. Assustando-os, intimidando-os. Mesmo que “o brasileiro” não soubesse por quê, “eles” saberiam.

Graça Aranha não expõe os vários aspectos da questão. Não entende sequer o objeto principal de seu tema, o imigrante alemão e seu descendente. Ele propicia, porém, um estratagema ficcional,

de responsabilização do descendente do imigrante como um tipo ganancioso e inescrupuloso, do qual sempre é preciso desconfiar. Se falha como escritor e como pensador, que chega a atribuir a um espírito da floresta o que é maldade humana, se cai na visão mirabolante do país como um paraíso, que maravilha os alemães e que eles sequer mereceriam partilhar, ele acerta sempre como fabricante de ideologia, como formulador de um modo de encarar e de tratar o imigrante e o descendente do imigrante: por isso é um autor canônico. Ele não é um grande escritor, mas justamente por isso, à medida que falha como escritor, é que ele é conveniente como autor para o cânone. É bom porque é ruim.

Em suma, a questão histórica é mais complexa e plurifacetada do que o romance histórico *Canaã* enuncia e seria capaz de tolerar. Ele é um romance que trai a história, para ser fiel à tradição autoritária brasileira. Há literatura brasileira em língua alemã que conta algo diferente do que ele, mas ela não tem a menor chance de ser conhecida e reconhecida. É estranho, inclusive, que se formule o conceito “literatura brasileira em língua alemã”, pois ele parece apenas uma provocação. Isso mostra quão profundamente está arraigada a ideologia da classe dominante: ela domina os dominados, a ponto de parecer natural. A ideologia só funciona quando não é reconhecida como ideologia.

No âmbito do canônico, não há, portanto, a menor chance de se reconhecer a história da imigração como algo épico ou trágico. Mesmo que alguém quisesse ou chegasse a formulá-la, não seria reconhecida como um tema grandioso, com personagens que tivessem nobreza e valor. Conteria ainda um problema técnico insolúvel: os imigrantes teriam de falar em alemão, e isso não seria entendido pelos leitores brasileiros. Encher o texto de notas de rodapé serviria apenas para estragar a leitura. Aos próprios alemães, não interessa em geral a história dos emigrados.

No enredo de *Canaã* aparecem ciganos, numa cena em que eles açoitam um cavalo até à morte. Nunca ouvi falar que os ciganos fizessem isso, mas quem faz algo assim como que merece que o mesmo seja feito com ele. Logo o preconceito contra uma minoria pode tornar-se preconceito contra outra, transformando-se em ação de extermínio, como foi feito contra Canudos, cujos moradores, segundo Euclides da Cunha (que procurou justificar o genocídio feito pelo exército a pedido da Igreja e dos latifundiários), eram

“degenerados” por serem fruto de miscigenações aleatórias.

A intolerância religiosa de Graça Aranha, que se mostra no modo como ele apresenta o pastor evangélico, não teria importância se não fosse um paradigma mais amplo. Dizer que “a gente do Norte” é “inculta, bárbara, independente”, sendo seus intérpretes “rudes, violentos, radicais”, é uma avaliação tão simplória, difamante e absurda, que Graça Aranha deveria ter ao menos cuidado mais, estrategicamente, de colocá-la apenas como “juízo” de um personagem, e não de um alter-ego ou de si próprio. Trata-se não de uma expressão individual de preconceito, e sim de um sintoma representativo de uma atitude generalizada da intelectualidade e da política brasileira do século XX. O pastor teria sorte ao não ser morto como Jacobina, Maurer e Antônio Conselheiro, mas apenas difamado, preso ou expulso.

Pode-se supor que tudo seja apenas reação à barbárie do nazismo: acontece, no entanto, que isso foi formulado antes da Segunda Guerra, antes do nazismo, antes da Primeira Guerra. *Canaã* foi publicado em 1901. Não é um profético produto de uma “antena da raça”, mas um preconceito racial da elite lusobrasileira e uma linha de governo já então proposta, a qual passou a ser posta em prática à medida que a constelação política facilitou a sua execução.

Uma consequência do preconceito é que o seu objeto tenta provar que ele não é como se supõe que ele seja. Isso de nada adianta objetivamente, pois o preconceito continua. À medida que é um preconceito de quem tem poder, ele representa uma ameaça concreta. Para não ser vitimado, o objeto do preconceito passa a agir e procura tornar-se como ele imagina que o amo e senhor do preconceito gostaria que ele fosse. Jamais consegue ser perfeito nisso e, assim, é um eterno culpado. Sendo culpado, pode ser punido. Como ele deve ser punido, ele se torna o seu próprio carrasco, consegue ser vítima de si mesmo, é o melhor carrasco que o oligarca poderia providenciar. Este sai limpo da história, pois o serviço mais sujo é a vítima quem faz. Ela acaba sendo culpada por ter sido vítima. Assim, não é reconhecida como vítima, mas apenas como culpada. Não há nenhum resgate a ser pago a ela, não há culpa a ser assumida, exceto por aquele cuja existência própria foi extinta.

A oligarquia brasileira, representada por sua “elite intelectual”, só aderiu ao ódio dos franceses à medida que os teuto-brasileiros passaram a se contar às centenas de milhares, e logo aos milhões,

com significativos progressos na economia, na escolarização, nas artes, na política. Aparentemente não se pensava, com a germanofobia, que se poderia estar causando um problema interno ao país: os teuto-brasileiros eram considerados “estrangeiros”. Ao invés de um progresso, via-se na imigração e em sua cultura um problema que era preciso “resolver”. A “solução” era o aniquilamento espiritual: foi feito. Se fosse preciso — e não se pode duvidar disso —, a oligarquia autoritária não vacilaria em fazer o aniquilamento físico e corpóreo, como de fato aconteceu, então, com os “muckers” e os “conselheiristas”, numa linha de intolerância e prepotência. Os autores brasileiros, e provavelmente também os futuros, nunca tiveram dúvida em apoiar esse tipo de atitude.

Os teuto-brasileiros foram cada vez menos germanófilos. Interiorizaram a germanofobia e, numa hiper-identificação com o agressor, passaram a ser os primeiros e principais inimigos (da cultura) de seus antepassados. O quarto mandamento não valia. De certo modo, apenas completavam, assim, o passo já dado pelos antepassados, quando estes haviam votado com os calcanhares contra aquilo que estava acontecendo na região onde haviam nascido. Como a Alemanha não tinha colônias nem império, tendo chegado tarde demais na história para isso, eles não puderam recriar a sua cultura e identidade em outros lugares, como o fizeram portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses. Nem por isso, deixaram de ser extintos em nome do que estes imaginavam que eles pudessem “aprontar”. Foram cordeiros devorados por lobos, querendo estes, ainda por cima, que eles se sentissem culpados por serem peludos.

Se Graça Aranha tivesse estado à altura do seu tema, e não fosse apenas o seu inimigo, teria podido examinar um impasse crucial na concretização de uma utopia, que estava se desenrolando em torno de 1900, nas regiões das colônias. Aquilo que havia sido, cerca de meio século antes, uma repartição equânime de terras, instaurando concretamente a igualdade como princípio de organização social, em que, além disso, cada um era dono do produto do seu trabalho — e este não era apropriado por um senhor de escravos, um senhor feudal ou um capitalista, como acontece até hoje e vai continuar acontecendo por muito tempo — estava sendo já desmantelado pelo fato de não existir ainda planejamento familiar.

Canaã trata de uma gravidez e de um parto, mas não trata do parto da “grande política” na utopia das colônias agrícolas. Graça

Aranha é um mau defunto, para se gastar muita cera. Não vale a pena discutir com ele, pois a sua argumentação é rasteira. Ele é, porém, sintomático do intelecto brasileiro, e é um sintoma da política cultural policialesca implantada no país, com seqüelas definitivas e sem cura. Ele é também um sintoma do cânone, permitindo discernir, em um caso concreto, o processo de falsificação de fatos sociais, a omissão de vetores e a distorsão da história que foram praticados, em tempos menos documentados, com os índios, negros, caboclos, mulatos etc. O cânone se caracteriza não só pela falta de densidade e consistência artística de seus textos, mas pela falsificação sistemática da história que é praticada nele, e através dele. Ele gera um público sem bom gosto, e um sistema literário do qual nada sério se pode esperar. O que for sério em termos de arte, não tem chance, exceto em pequenos círculos de iniciados.

Como em todos os grupos sociais, entre os alemães e seus descendentes também houve brutalidades, mesquinhas, ódios. A questão básica é, porém, política: saber se a experiência de dividir de modo igualitário a propriedade, garantir a liberdade da crença, do corpo, do trabalho e do ir e vir, promover a fraternidade e a tolerância através da convivência de grupos religiosos, culturais, étnicos e lingüísticos diversificados (como eram os próprios “alemães”), acabava gerando, na média, um ser humano melhor do que a média daquele que era gerado pelo sistema do latifúndio escravagista ou feudal. *Canaã* existe para dizer que não. Já por isso, é preciso suspeitar que a resposta mais correta fosse “sim”. E isso vale, de modo especial, para uma época e para uma região em que o sistema igualitário não havia sido ainda deformado pelo número excessivo de filhos nas famílias, obrigando a criar novas frentes coloniais, provocando o êxodo rural e a concentração urbana.

Nas zonas coloniais teuto-brasileiras, a brutalidade foi, muitas vezes, voltada contra crianças, a pretexto de uma educação séria e rigorosa. O trabalho infantil e juvenil foi usado como substitutivo do trabalho escravo. A Igreja Católica provocou graves problemas com a sua intolerância, por exemplo no caso da paixão entre jovens de religiões diferentes. De tudo isso, porém, o romance não trata. Não eram questões menores nem ocasionais. Também não eram só lemas locais. Graça Aranha não conseguiu penetrar no âmago de seu tema. Era alheio a ele, e sempre seria por causa dos preconceitos. Não se trata de afirmar que gestos negativos não tenham ocorrido

entre os teuto-brasileiros, mas se trata de não afirmar que ocorreu apenas isso. No cânone republicano impera o preconceito.

A exegese canonizante ajuda a fomentar o racismo à medida que não desenvolve um senso crítico a respeito. Isso não acontece por acaso e nem por ignorância. Continua-se cultuando o preconceito, a discriminação e a falsificação da história, para manter absoluto o discurso e o poder da oligarquia. Isso ocorre em detrimento dos imigrantes e seus descendentes, como ocorreu em detrimento dos índios, negros e mestiços. Não se trata, portanto, de uma presença ocasional de um romance no cânone: ela é uma resultante do gesto semântico da estrutura profunda deste.

Nesse romance de 1901, tem-se todo o espectro que levou não só às guerras externas, de que o Brasil participou, mas às guerras civis e ditaduras internas, que marcaram a sua história no século XX. Graça Aranha é um autor que, como ficcionista e como ensaísta, incentiva o preconceito racial e religioso, o espírito autoritário e bélico. Na medida de suas forças, colaborou com isso. Ele não é grande por ser "profético", mas fazia parte da política que levou a tudo isso. A sua obra não é de advertência contra esse síndrome. Quando não se percebe que há preconceito contra uma minoria, é sinal de que ele está funcionando mais do que se imagina, assim como ter sofrido discriminação racial pode dar a membros do grupo que teve vítimas o suposto direito de discriminar outros grupos, em nome da justiça.

Toda utopia gera monstros, já porque ela própria é gerada por uma situação monstruosa. Princípios como igualdade, fraternidade e liberdade nunca foram debatidos a sério na literatura brasileira. Não é a superficialidade bacharelesca e retórica de um Castro Alves que está à altura deles; não é também a difamação do princípio organizacional das colônias por Graça Aranha, querendo demonstrar pelo enredo e pela fala dos personagens que eles não se realizavam nelas, que consegue colocá-los à prova. Tanto se pode duvidar da aplicação quanto dos princípios, tanto da prática quanto da teoria, mas não é o preconceito que chega ao conceito. *Canaã* é, sob a difamação dos teuto-brasileiros, um ataque aos princípios da revolução liberal e uma defesa da oligarquia autoritária. Isso não tem sido desvendado pela exegese canonizante, pois ela está comprometida com o mesmo espectro.

Que o autor seja apresentado como "vanguarda progressista"

enquanto é parte do reacionarismo, faz parte de uma estratégia de exclusão do pensamento crítico. Não existe ampla liberdade, ainda que se fale, por exemplo, em "imprensa livre": ela é comprometida com interesses mercadológicos, e obedece ao comando de quem tem dinheiro e poder na área editorial. Por isso, o espaço público não é proporcional à seriedade conceitual. Não é uma simples questão de "argumento" querer rebater, por exemplo, a má vontade de Graça Aranha contra "alemães", enquanto ele serve para "provar" a falta de solidariedade deles, em um caso "típico" como de Maria. Contra o preconceito não basta o conceito. Ele é uma questão de fé, desejo e vontade, não de razão.

A "política de assimilação" exigiu que, tanto os nativos quanto os escravos e os imigrantes, abandonassem a sua cultura de origem, assumindo como própria a identidade cultural da casta dominante no território: não receberam em troca a igualdade de direitos e de oportunidades, especialmente quando era uma sociedade de adoção, ainda que ela tenha chegado a ser formalmente declarada. A tese da "aglomeração integrativa" surgiu quando já é tarde demais, em vista da destruição havida: ela é favorável à tese de que os imigrantes sejam integrados sem que tenham de perder a sua especificidade cultural, pois esta constitui um enriquecimento para a sociedade de adoção. Existe fora do Brasil, mas é impedida pelo nacionalismo autoritário interno. Tal postura mais avançada corresponde à antiga posição dos imigrantes alemães e das primeiras gerações de teuto-brasileiros, a mesma que foi vilipendiada e destruída pela autoritária "política de assimilação", da qual *Canaã* faz parte.